

Mercadoria e forma do valor: notas sobre o dinheiro em Marx*

Fernando Maccari Lara**

Uma das características mais marcantes do capitalismo do final do século XX é a exuberância dos valores monetários e financeiros em circulação, bem como seu aparente desligamento em relação à produção de riqueza real. Essa impressão geral e a inquietação que a acompanha são bem ilustradas pelo controverso Economista Delfim Netto, ao afirmar, em tom coloquial, que “(...) um dia qualquer vai ter que se compatibilizar a papelreira com a quantidade de parafusos” (Biderman, Cozac, Rego, 1996, p. 122)¹.

Para compreender como surge essa “papelreira” mencionada por Delfim Netto, é indispensável recorrer ao conceito de dinheiro, base da arquitetura financeira contemporânea. Figura onipresente nas transações econômicas, o dinheiro salta muitas vezes aos olhos, nas suas mais variadas formas atuais de manifestação, como um corriqueiro mediador. Porém sua aparente simplicidade esconde uma enorme quantidade de relações, que, à medida em que vão sendo exploradas, se tornam mais e mais complexas. Prova disso é o fato de o dinheiro ser tema sempre presente no debate, por mais que uma ou outra teoria tente reduzir sua importância, transformando-o em elemento neutro em meio às transações “em termos reais”.

Desse modo, não basta descrever as funções do dinheiro, nem mostrar que teria surgido devido à maior comodidade, ao eliminar problemas como a dificuldade de dividir animais, guardar sal e carregar pedras. A complexa existência do dinheiro demanda a formulação de uma teoria monetária consistente e, assim, um grande esforço teórico, como o empreendido por Karl Marx no século XIX. Corazza (2000, p. 1) afirma que, apesar de Marx não ter deixado uma teoria financeira acabada, “(...) talvez seja o único autor a ter elaborado os

* Este artigo é parte adaptada da monografia apresentada pelo autor como requisito para conclusão do curso de Ciências Econômicas da Unisinos. O autor agradece a todos os colegas e professores do curso e, em especial, ao orientador do trabalho, Professor Rubens Soares de Lima (Unisinos), e aos Professores André Moreira Cunha (Unisinos) e Gentil Corazza (UFRGS) pelos seus comentários e sugestões.

** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
E-mail: fmlara@yahoo.com

¹ O trecho faz parte de entrevista concedida por Delfim Netto, publicada na obra citada.

conceitos básicos que possibilitem construir uma teoria das finanças capitalistas logicamente articulada através de toda a sua cadeia conceitual”.

Em outro trabalho, o mesmo autor atesta a superioridade da obra de Marx, no que diz respeito à construção dos fundamentos conceituais, até mesmo em relação aos economistas contemporâneos mais celebrados em termos de teorização da instabilidade financeira:

“(…) apesar da importância da teoria monetária de Keynes e das análises de autores pós-keynesianos sobre os problemas monetários e financeiros da atualidade, suas deficiências conceituais remetem para o resgate do conceito de dinheiro elaborado por Marx, (...). Nesse sentido, a obra de Minsky merece destaque. Sua contribuição para se avaliar a instabilidade financeira, as atividades bancárias e o papel dos Bancos Centrais é, certamente, muito valiosa. No entanto, seu conceito de dinheiro e sua ‘hipótese da instabilidade financeira’ são insuficientes para se entender a instabilidade da economia e as dificuldades da gestão monetária a cargo dos Bancos Centrais. Sua análise, como a de Keynes e as de autores pós-keynesianos, carece de um conceito de dinheiro que esteja articulado com uma teoria do valor e com uma teoria do capital. São essas lacunas conceituais da análise de Minsky que nos remetem a Marx” (Corazza, 1994, p. 111-112).

Assim, as lacunas deixadas pelos autores contemporâneos podem ser complementadas com a base teórica deixada por Marx, provando sua relevância e profundidade. As formulações de Marx atingiram esse *status* exatamente por não terem se limitado a descrever o dinheiro, mas por terem demonstrado sob quais condições ele existe, quais as relações subjacentes que lhe dão origem e de que forma, uma vez constituído, passa a esconder essas mesmas relações.

A demonstração de Marx a respeito da gênese do dinheiro e de suas funções começa pela análise da sociedade mercantil, na qual os produtos do trabalho adquirem o caráter de mercadorias e, portanto, de valores mercantis. A partir dessa configuração de sociedade, Marx demonstra o surgimento do dinheiro como o deslocamento de uma mercadoria — o ouro — para a função de equivalente geral de valor. Por muito tempo, o ouro, efetivamente, circulou e funcionou, de forma clara e explícita, como dinheiro. No decorrer do último século, no entanto, uma série de perturbações, crises e transformações no âmbito da circulação internacional retiraram o ouro da sua posição de dinheiro *standard*.

Tais transformações levaram parte da tradição marxista a abandonar as formulações de Marx a respeito do dinheiro, entendendo que teriam sido desmentidas ou ficado ultrapassadas, dadas as características da evolução histórica. Outros, porém, continuam postulando a validade da teoria do dinheiro de Marx para a compreensão dos fenômenos monetários da entrada do século XXI.

Entre estes, há, no entanto, uma divisão em torno de duas vertentes teóricas, baseadas em interpretações frontalmente opostas da teoria de Marx. Essas duas correntes têm dado origem a um acirrado debate, não obstante serem convergentes na aceitação da validade das formulações de Marx.

Uma dessas correntes defende que o conceito de dinheiro de Marx está incondicionalmente ligado a uma mercadoria-dinheiro, sem que isso o implique abandono da sua teoria monetária para a compreensão dos fenômenos contemporâneos. Para os defensores dessa hipótese, a existência do dinheiro como mercadoria não foi derivada por Marx com base numa extrapolação de evidências empíricas da sua época, mas corresponde a uma necessidade estrutural da economia mercantil. Desse modo, o fato de o ouro não mais circular não significa que o dinheiro tenha deixado de ter uma base material objetiva, mas, sim, que o vínculo entre os padrões monetários atuais e a mercadoria-dinheiro deixou de ser explícito, e a tarefa maior para a tradição marxista consiste exatamente em desvendá-lo.

Assim, os autores que adotam essa linha de argumentação procuram demonstrar, teoricamente, a necessidade de uma base material objetiva para o dinheiro e depois empenham-se em demonstrar que essa noção é compatível com a configuração do capitalismo contemporâneo. Sua abordagem caracteriza-se, também, por uma distinção bastante marcada entre as categorias marxistas de dinheiro e capital e entre o sistema monetário, característico da sociedade mercantil, e o sistema de crédito, característico da circulação capitalista.

Para a outra corrente, o conceito de dinheiro de Marx não pode ser reduzido ao dinheiro-mercadoria, pois este é apenas uma das suas formas históricas. O dinheiro, nessa perspectiva, é uma categoria abstrata e imaterial, que, historicamente, se encarna em uma ou outra mercadoria, como ocorreu com o ouro. Seu desenvolvimento, no entanto, segue a tendência de desvincular-se, progressivamente, de qualquer suporte material, de modo que o dinheiro-mercadoria é uma das fases pelas quais o dinheiro passa rumo à sua plena determinação. Assim, prender o conceito de dinheiro de Marx às suas formas materiais historicamente determinadas implicaria tornar inútil toda a sua teoria monetária, uma vez que, no capitalismo contemporâneo, não mais existe a figura do dinheiro-mercadoria.

Essa perspectiva teórica tem como um de seus pontos fundamentais a diferença entre a “forma dinheiro” e a “mercadoria-dinheiro”, conforme desenvolvido no trabalho de Souza (1992). A partir dessa diferença, o dinheiro é concebido como pura forma autonomizada do valor, que se encarna em determinados suportes materiais. Além da ênfase na imaterialidade do dinheiro, essa abordagem também postula a necessidade de integração e complementaridade entre os conceitos de valor, dinheiro e capital, chamando atenção para sua tendência a assumir formas fictícias de valorização. Em oposição à primeira corrente citada, que coloca em planos diferentes os conceitos de dinheiro, crédito e capital, a abordagem do dinheiro imaterial entende que o valor e o dinheiro, inicialmente,

são pressupostos para a existência do capital, mas sua plena determinação só se dá na presença deste último.

Cabe destacar que, na época em que Marx escrevia, os metais preciosos eram, clara e explicitamente, a base dos padrões monetários, embora a circulação de dinheiro de crédito já fosse bastante significativa. Desse modo, a possibilidade da forma dinheiro ser desligada de uma mercadoria não foi um objeto diretamente tratado em suas obras. Nas poucas passagens em que se refere ao tema, não chega a ser definitivamente esclarecedor, abrindo, assim, a possibilidade de interpretações divergentes, como as duas aqui mencionadas.

A primeira abordagem acima citada, no entanto, pode ser considerada mais tradicional, uma vez que traduz a interpretação corrente do conceito de dinheiro de Marx antes das transformações dos sistemas monetários ocorridas no decorrer do último século. Já a segunda, que concebe o dinheiro como pura forma imaterial, é mais recente, pois é motivada pela impressão geral, causada pelas transformações citadas, de que os padrões monetários atuais não contam com uma base material objetiva. Como já mencionado, ambas consideram relevante e fundamental a utilização da teoria construída por Marx para a compreensão dos fenômenos monetários atuais, porém por razões essencialmente distintas.

O tema específico deste trabalho é, portanto, o debate a respeito da materialidade ou imaterialidade do dinheiro, nos limites do referencial teórico marxista. Seu objetivo não é dar uma resposta definitiva a uma questão tão complexa, mas, sim, demonstrar de que forma se fundamentam as duas posições acima citadas, bem como as origens de sua frontal discordância.²

Para tanto, os pontos em discussão são agrupados em três aspectos centrais. O primeiro refere-se à atitude metodológica de uma e de outra corrente com relação à leitura e à interpretação dos princípios teóricos deixados por Marx. O segundo, à sua fundamentação teórica, ou seja, quais os princípios teóricos que uma e outra corrente acentuam, de modo a originarem concepções tão distintas da categoria dinheiro. E o terceiro aspecto diz respeito à forma pela qual as duas concepções procuram explicar e interpretar a realidade contemporânea dos fenômenos relacionados ao dinheiro, a partir da base teórica construída. Por fim, o trabalho faz ainda uma breve análise da crítica de Claus

² A corrente identificada com o dinheiro material está representada, neste trabalho, pelas formulações de Suzanne de Brunhoff e Claus Germer, com destaque para o segundo. Com relação à segunda corrente citada, os autores utilizados foram Gentil Corazza e Enéas Costa de Souza, com destaque para o primeiro. O maior destaque dado a Germer e Corazza deve-se ao fato de esses dois autores já acumularem uma significativa, apesar de recente, produção sobre o tema, além de virem travando um debate direto no âmbito dos Encontros da Sociedade Brasileira de Economia Política, de cujos anais foi retirada a maioria dos seus trabalhos aqui citados.

Germer, um dos partidários do dinheiro material, à concepção oposta, considerando-a de inspiração “indutivista”.

Antes de tudo, porém, convém mencionar um dos poucos pontos pacíficos da discussão entre as duas abordagens referidas, e que consiste num dos maiores méritos de Marx no âmbito da sua teoria do dinheiro. Marx, efetivamente, demonstrou a origem do dinheiro indicando que não é mera convenção, mas um produto necessário da economia mercantil, dadas suas características estruturais. Os produtos do trabalho tornam-se valores apenas no âmbito de uma sociedade marcada pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada, de modo que o valor não é uma característica natural da mercadoria e, sim, uma propriedade eminentemente social. Por seu caráter social, o valor da mercadoria não pode exprimir-se em termos dela mesma, mas, sim, em termos de um equivalente de valor. Nesses termos, um sistema generalizado de trocas não pode se desenvolver, como efetivamente se desenvolveu, sem que um equivalente geral de valor se configure, de modo que o dinheiro não é uma convenção, mas uma necessidade do processo.

Corazza deixa clara sua concordância em relação a esse aspecto na passagem:

“O dinheiro é necessário e sua necessidade é postulada pela própria natureza da economia capitalista. Esta economia, fundada na propriedade privada e na divisão social do trabalho, ao colocar como sua razão de ser a criação e a valorização de valores mercantis, cria, por natureza e para realizar o seu objetivo, a necessidade do dinheiro, como uma de suas propriedades constitutivas” (Corazza, s.d. p. 2).

Germer, por sua vez, resume essa idéia na comparação de Marx com a teoria de Keynes: “Enquanto Marx, como já exposto, o concebe [o dinheiro] como uma mercadoria especial que resulta naturalmente do desenvolvimento das trocas, para Keynes ele é uma criação arbitrária de uma autoridade, a comunidade ou o Estado” (Germer, 1996, p. 69).

Dessa idéia básica e fundamental ambas as abordagens partem e tomam, então, rumos completamente distintos.

Aspecto metodológico

No que diz respeito ao aspecto metodológico, é bastante clara a diferença entre a abordagem dos autores identificados com o dinheiro material (Germer e Brunhoff) em relação à dos autores que defendem o caráter imaterial do dinheiro (Corazza e Souza). Enquanto os dois primeiros procuram reproduzir o caminho trilhado por Marx, abstraindo, inicialmente, a presença do capital e analisando a gênese e as primeiras funções do dinheiro a partir da chamada “sociedade mer-

cantil simples”, os outros dois adotam um procedimento mais inovador, ao procurarem fazer uma releitura das categorias iniciais da apresentação de Marx, considerando a presença do capital.

Corazza (1998, p.13-14; 2000, p. 1-3) sustenta a necessidade de articulação entre os conceitos de valor, dinheiro, crédito, capital e suas derivações, observando que são todos diferentes, mas interdependentes e mutuamente determinados. Por isso, “(...) o dinheiro não se define e não se explica a partir de si mesmo, mas sim a partir da natureza da economia em que opera” (Corazza, s.d., p. 1). Nesse sentido, a abordagem do autor consiste na reconstrução teórica da trajetória evolutiva desenvolvida pelas categorias, indicando que o valor implica, necessariamente, a existência do dinheiro, que dá origem ao capital, e este, por sua vez, naturalmente, desenvolve as formas creditícias e fictícias que favorecem a sua valorização. Segundo ele:

“(...) considera-se fundamental a observação de Rosdolsky de que essas categorias não estão contidas, fechadas, nem completas entre si, mas que cada uma delas ‘se desenvolve para além de si mesma (...) e não pode ser concebida plenamente sem as precedentes’. E ‘também o contrário parece correto: que cada uma dessas categorias pressupõe a seguinte e só fundada nela poderia alcançar seu pleno desenvolvimento” (Corazza, 2000, p. 2).³

Procedimento semelhante é o realizado por Souza (1992), que reintroduz a figura do capital na demonstração monetária, fazendo, assim, uma releitura da categoria dinheiro, incorporada à categoria capital. Nas suas palavras, procura, com isso, “pôr fluidez no conceito de dinheiro” (Ibid., p. 14-15).

Brunhoff, por outro lado, referindo-se a Hilferding, critica o procedimento de analisar formas contemporâneas do dinheiro, ligadas ao modo de produção capitalista, sem ter previamente exposto a teoria geral do dinheiro, referente à sociedade mercantil. “Querer relacionar as funções da moeda [dinheiro⁴] a suas

³ Os trechos entre aspas correspondem ao texto de Rosdolsky, citado por Corazza. O trabalho ao qual se refere é: Rosdolsky, R. *Génesis y estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. México: Siglo Veintiuno, 1989. p. 203.

⁴ Nos termos da teoria de Marx, “dinheiro” e “moeda” são conceitos distintos. Convém observar, portanto, o equívoco presente no texto de Brunhoff, que utiliza o termo “moeda” para referir-se ao conceito de “dinheiro”. Para Germer (1996, p. 57, nota 5), o equívoco é da tradução brasileira, pois a utilização do termo “monnaie”, no original em francês, é correta, embora exigisse um esclarecimento, não realizado pela autora. Já Paulani (1994, p. 70, nota 6) interpreta o equívoco como um reflexo da posição teórica de Brunhoff, que considera o dinheiro essencialmente como instrumento de circulação. De qualquer modo, onde houver citação literal do texto da autora que contenha o termo com sentido equivocado, aparecerá entre colchetes a palavra dinheiro.

condições capitalistas, antes de ter exposto toda a teoria geral da moeda [dinheiro] é perder a sua significação.” (Brunhoff, 1978, p. 15). Assim, o método considerado correto e utilizado pela autora é semelhante ao de Germer, que passa pela diferenciação dos conceitos de capital e dinheiro e pela abstração inicial do primeiro, de modo a desenvolverem as relações referentes à chamada “circulação simples”, ou “sistema monetário”. A partir dessa derivação, é introduzida a categoria capital, para, então, analisar a “circulação capitalista” ou “sistema de crédito”. Nesse sentido,

“(…) a teoria de Marx sobre o dinheiro deveria ser entendida como um sistema consistindo de três partes fundamentais: primeiro, a teoria do dinheiro como uma categoria pertencente à esfera da circulação de mercadorias, não especificamente ao capitalismo; segundo as características que distinguem o capital, como uma categoria pertencente especificamente à economia capitalista, do dinheiro; terceiro, as funções desempenhadas pelo dinheiro no capitalismo, e as formas e leis particulares sob as quais o faz” (Germer, 1997b, p. 377).

Tudo indica que essa diferença metodológica resulta numa crucial diferença de percepção da lógica da circulação capitalista. Os autores aqui referidos, como de resto toda e qualquer pessoa que tenha em mente os princípios básicos deixados por Marx, entendem que o capital é a categoria dominante, no sentido de que à sua lógica se subordinam as demais. Porém Germer concebe que o capital é uma categoria que representa a relação entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, uma relação específica da esfera da produção. Nesse sentido, uma relação da esfera da produção subordina as relações da esfera da circulação. “As características da forma P [produção] é que determinam a composição de M [mercadorias utilizadas pelo capital] e a magnitude de D [dinheiro], e não o contrário.” (Germer, 1997b, p. 383). Assim, a forma dominante do capital é o capital industrial, onde está representada a relação específica que permite a sua valorização, a relação de exploração da força de trabalho.

Já Corazza, ao invés de opor as categorias dinheiro e capital e limitá-las, respectivamente, à esfera da circulação e da produção, trabalha no sentido de articulá-las, mostrando que o dinheiro tem sempre a tendência de se transformar em capital. Admite que a esfera da produção tenha a exclusividade da produção da mais-valia, o meio de valorização do capital, mas entende a categoria capital não tanto como uma relação específica da esfera da produção, e muito mais como um representante da lógica expansiva do valor, que é indiferente à forma pela qual se valoriza. Nesse sentido, o processo produtivo é apenas um “mal necessário” na vida do capital em busca de valorização, de modo que, ao desenvolver as formas financeiras e fictícias, ele procura desviar-se desse obstáculo e antecipar sua valorização.

Nessa perspectiva, a forma privilegiada de existência do capital é o capital em forma monetária. O dinheiro é o início e o final do processo de valorização do capital, e assim o capital monetário submete as demais formas de capital, fazendo deles meros meios de valorização. Na visão de Corazza, isso confere à economia capitalista sua natureza monetária:

“A natureza monetária da economia capitalista significa em Marx que o valor-capital não apenas procura valorizar-se, mas voltar sempre e permanecer na forma mais geral e abstrata, como capital monetário, que lhe dá mais flexibilidade, mobilidade e liberdade para encontrar sempre novas formas de valorização” (Corazza, 2000, p. 9).

Germer rebate essa afirmação, de que o dinheiro é o início e o fim do processo, argumentando que o capital é, na verdade, um processo ininterrupto. Dessa maneira, não há uma forma final, e muito menos o capital procura passar pela forma dinheiro. Na verdade, o dinheiro, no circuito do capital, funciona apenas como unidade de conta, para descrever quantitativamente a massa de valor em processo de valorização. Assim, o capital não precisa existir como dinheiro e, via de regra, nem mesmo tende a passar por essa forma, dada a tendência de redução do tempo de rotação do capital. O capitalista procura transformar o mais rápido possível a forma D' em M, para novamente extrair mais-valia, algo que pode ser feito inclusive antes que se realize, através do crédito (Germer, 1997a, p. 348-350).

Germer critica também a influência do conceito de “economia monetária” de Keynes nas abordagens marxistas. Segundo ele, a influência keynesiana é nociva à teoria marxista, porque, além de Keynes e Marx trabalharem com conceitos distintos de dinheiro, o primeiro não diferencia o capital do dinheiro e, assim, reduz a relação principal da economia capitalista, a exploração da força de trabalho, à mera compra e venda de fatores de produção na esfera da circulação (Germer, 1996). Corazza, ao contrário, entende que o conceito de economia monetária de Keynes não contradiz a concepção de economia capitalista de Marx e peca apenas por insuficiência, de modo que é possível uma articulação das duas teorias para o entendimento dos fenômenos monetários contemporâneos (Corazza, 1994; 1998).

Aspecto teórico

A diferença de fundamento teórico entre as duas abordagens se origina no acento dado a um ou outro aspecto da teoria de Marx. Enquanto a abordagem de Germer e Brunhoff acentua a função medida dos valores como a função originária e fundamental do dinheiro, na qual a mercadoria-dinheiro em si não

pode ser substituída, Corazza e Souza dão acento à questão das formas do valor e ao fato de a função medida dos valores ser executada pelo valor de uso da mercadoria-dinheiro, e não pelo seu valor. Segundo eles, a comensurabilidade das mercadorias não é dada pelo dinheiro, mas pelo fato de serem valores.

Para Germer, a necessidade de o dinheiro ser uma mercadoria deriva da sua função medida dos valores, na qual a mercadoria-dinheiro é insubstituível. Segundo ele, admitir que o dinheiro seja uma unidade imaterial e simbólica implica dizer que algo que não possui valor é capaz de medir valores, assim como algo que não tem peso pudesse servir como medida de peso. O conteúdo do valor é trabalho abstrato, e este só pode ser medido em confronto com algo que também contenha trabalho abstrato. Se o valor do dinheiro não é medido em termos de trabalho abstrato, também não o podem ser os valores das mercadorias.

Nesse sentido, Germer contesta a posição de Lipietz⁵, que procura demonstrar que o dinheiro de crédito pode ser considerado um “dinheiro real” (Lipietz apud Germer, 1997b, p. 379), ou seja, capaz de substituir o dinheiro-mercadoria de forma completa. Dois são os motivos que fundamentam essa crítica de Germer. Em primeiro lugar, Lipietz apresenta como fundamento da noção do dinheiro material um argumento que, na verdade, não é o essencial.⁶ E, em segundo lugar, sua demonstração sobre a relevância do dinheiro de crédito parte de uma estrutura de preços relativos já existente e, portanto, de valores já medidos, sem que seja apresentada a forma pela qual uma espécie imaterial de dinheiro possa realizar tal tarefa. Desse modo, algo não explicado permanece funcionando como medida de valores.

Germer faz uma crítica também à interpretação de Marx feita por Foley⁷. Esse autor concebe que o dinheiro poderia ser algo que não uma mercadoria, porque “(...) o valor manifesta-se na forma de dinheiro, que é apenas valor separado de qualquer mercadoria particular” (Foley apud Germer, 1997b, p. 380). Germer afirma que essa posição “(...) afasta-se bastante da demonstração de Marx sobre o caráter do dinheiro. (...) na conceituação de Marx, as mercadorias particulares opõem-se a uma mercadoria geral, que é a mercadoria-dinheiro, e não a não-mercadorias” (Germer, 1997b, p. 380).

⁵ Refere-se a: Lipietz, A. **Le monde enchanté**; de la valeur à l'envol inflationniste. Préface de Charles Bettelheim. Paris : La Découverte/Maspero, 1983.

⁶ Embora seja um argumento utilizado por Brunhoff, que diz respeito à afirmação de Marx: “O dinheiro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes ter-se contra-posto a elas como mercadoria” (Marx apud Germer, 1997b, p. 380).

⁷ Refere-se a: Foley, D. K. **Understanding Capital: Marx's economic theory**. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1986.

Quanto à suposição de que atualmente os padrões monetários estariam substituindo totalmente o dinheiro, Germer argumenta que esses padrões monetários desempenham apenas a função de padrão de preços e não de medida dos valores, uma vez que os preços-padrão das mercadorias (baseados nos padrões monetários) podem variar sem que tenham variado seus valores (Germer, 1997a, p. 344).

Germer concebe, portanto, que o caráter de mercadoria do dinheiro é uma consequência necessária da teoria do valor formulada por Marx, pois é o vínculo necessário entre o trabalho e os preços. Assim, rejeitá-lo implicaria sérias consequências teóricas:

“O defeito fundamental das objeções à teoria do dinheiro-mercadoria, no campo marxista, é que elas rejeitam o caráter de mercadoria do dinheiro, supondo que podem fazê-lo ao mesmo tempo em que mantêm a validade da teoria do valor de Marx, o que entretanto não parece possível. Portanto, os autores de tais objeções teriam que propor uma teoria alternativa do valor-trabalho” (Germer, 1997a, p. 346).

Analisando, porém, o desenvolvimento das formas do valor, Corazza observa que a projeção externa da contradição da mercadoria, entre valor de uso e valor, indica que o **valor de uso** de uma mercadoria expressa a forma valor de outra. Desse modo, o valor de uso, que internamente à mercadoria não pode expressar valor, na relação com outra mercadoria passa a fazê-lo. Assim, a função medida dos valores não é exercida pelo valor da mercadoria equivalente, e sim pelo seu valor de uso. Nesse sentido, pouco importa o valor intrínseco da mercadoria que funciona como dinheiro, ou mesmo que não tenha valor intrínseco, o que importa é o seu valor de uso, como expressão de valor das mercadorias.

Além disso, as relações de troca se dão, basicamente, entre duas mercadorias que são valores, de modo que não há a necessidade de uma mercadoria-dinheiro com valor intrínseco entre elas. A teoria do valor de Marx não ficaria invalidada pela existência do dinheiro sem valor intrínseco, pois a comensurabilidade entre as mercadorias se dá por elas serem valores, e não pela mercadoria-dinheiro (Corazza, 1998).

Corazza afirma, ainda, que o dinheiro para Marx era o próprio valor existente fora das mercadorias, uma categoria cuja essência é ser forma de existência e de manifestação do valor. Sua existência funcional, no entanto, necessita de um suporte material para expressar-se concretamente. Inicialmente, ele se expressa numa mercadoria, mas a essência do dinheiro sob essa forma não é materialidade da mercadoria e, sim, sua capacidade de apresentar materialmente o valor. Conforme a solução dada por Marx para o “enigma do dinheiro”, não é a forma natural da mercadoria que lhe dá a faculdade de ser dinheiro; ao contrário, é o fato de ser equivalente geral que dá a sua forma natural a proprie-

dade de expressar o valor de todas as mercadorias. Como o dinheiro está em todas as transações, isso não é facilmente observável, pois as propriedades naturais se confundem com sua posição de equivalente geral. Somente sem a presença do dinheiro, na simples relação de troca entre duas mercadorias, é possível ver que qualquer mercadoria, independente das propriedades naturais, poderia servir de equivalente (Corazza, 1998; s.d.).

Nesse sentido, o ouro e as demais mercadorias que funcionaram como dinheiro teriam sido apenas formas históricas do dinheiro. A evolução dessas formas históricas se dá no sentido da libertação da materialidade, de modo que o dinheiro possa adquirir formas de existência mais compatíveis à sua natureza abstrata de expressão do valor. Assim, confundir o ouro em sua materialidade com a forma dinheiro é resultado do fetichismo do dinheiro, atribuindo às características naturais da mercadoria-dinheiro sua posição social enquanto equivalente geral.

Nessa linha, há também o argumento de Souza (1992), para quem não há uma determinada mercadoria-dinheiro que possa ser considerada como o ocupante final da forma equivalente do valor desenvolvida por Marx. E, mesmo se houvesse, ela não poderia ser confundida com dinheiro, porque a forma dinheiro, assim como as formas anteriores de expressão do valor, tem uma oposição polar entre a forma relativa e a equivalente. A mercadoria-dinheiro ocupa apenas um dos pólos e, por isso, não pode ser confundida com dinheiro.

Aspecto histórico

Obviamente, formulações teóricas tão diferentes dão origem a diferentes interpretações dos fenômenos observados no capitalismo contemporâneo, de modo a compatibilizá-las à realidade concreta. Convém destacar que essa tarefa se revela mais árdua para a corrente que liga o dinheiro, necessariamente, a uma mercadoria-dinheiro, uma vez que uma primeira observação da realidade traz a impressão exatamente contrária. Nesse sentido, essa posição demanda maior esforço e, como tal, é compreendido por Germer.

Segundo esse autor, o fato de o ouro não mais circular como dinheiro não significa que tenha deixado de ser dinheiro, uma vez que pode ser substituído nas funções de meio de circulação e meio de pagamento, sendo, porém, insubstituível na de medida dos valores. Marx, já à sua época, apontava a grande importância do dinheiro de crédito na circulação, sem que o ouro deixasse de ser dinheiro. Para Germer, a retirada do dinheiro das funções de meio de circulação e pagamento não só é compatível com a teoria de Marx, mas também derivável dela, uma vez que a substituição do dinheiro é realizada por dois instrumentos derivados de suas próprias funções: o dinheiro de crédito deriva da fun-

ção meio de pagamento, e o papel-moeda, da função meio de circulação. Como já apontado, no entanto, sustenta que o dinheiro de crédito e os signos do dinheiro não podem substituí-lo em sua função originária, como medida dos valores (Germer, 1997b).

Nem mesmo os decretos governamentais sancionados ao longo do século XX, determinando a inconvertibilidade das notas bancárias em ouro, indicam que, no plano da economia real, uma mercadoria não exerça mais a função de medida dos valores. Marx demonstrou que o dinheiro é um resultado espontâneo e necessário do processo das trocas, e não uma criação arbitrária do Estado. Uma vez que não o cria, o Estado não pode abolir o dinheiro. Pode somente fixar o seu padrão, determinando a equivalência de uma determinada unidade monetária à certa quantidade da mercadoria-dinheiro. Se não vem realizando essa tarefa, a situação atual pode ser interpretada como a recusa ou a impotência em fazê-lo, de modo que, de alguma forma, continua sendo realizada informalmente, à revelia do Estado (Germer, 1997b, p. 387).

Para Germer, o suposto fim da vigência da mercadoria-dinheiro origina-se de uma concepção quantitativista, ligada ao conceito de padrão-ouro, para a qual, se algo não circula como dinheiro, não é dinheiro. Por isso, considerando-se a proposta teórica de Marx, o “fim do padrão-ouro” não pode servir como base para avaliar se o dinheiro é ou não uma mercadoria, pois ela prevê a substituição do dinheiro em certas funções. O desenvolvimento das relações de crédito cria um sistema de crédito que assume a função de meio de circulação. Todavia o conceito de padrão-ouro internacional refere-se a um aspecto relevante, embora não o analise: reflete a configuração de uma estrutura mundial de integração econômica e técnica, com o ouro no papel de base dos padrões monetários da maioria dos países. Germer interpreta esse fato como a confirmação histórica da tese de Marx de que o ouro se converte em dinheiro mundial no capitalismo (Germer, 1998).

Até o ano de 1971, com a crise do dólar, os padrões monetários eram explicitamente baseados em ouro, e o fato que desencadeou o fim desse vínculo formal foi a manifestação de um tipo de crise mencionada por Marx. No momento da crise, os títulos de crédito tornam-se desacreditados, e todos procuram apoderar-se do próprio dinheiro, o ouro. Na época da crise do dólar, diante da demanda dos Bancos Centrais de diversos países para converter seus dólares em ouro, as reservas norte-americanas ficaram ameaçadas de esgotamento, levando a autoridade monetária dos Estados Unidos a decretar o fim da convertibilidade, antes que o esgotamento efetivamente ocorresse. Seguiu-se a isto uma forte desvalorização do dólar, que significou uma compatibilização do meio circulante à sua base real em ouro (Germer, 1997b, p. 387).

Por seu turno, a corrente que defende a imaterialidade do dinheiro não precisa realizar um esforço tão árduo para interpretar os fenômenos reais, uma

vez que, à primeira vista, o dinheiro contemporâneo nada tem de material. Nesse sentido, Corazza concebe que a situação atual pode ser interpretada como uma fase avançada da trajetória natural de desmaterialização do dinheiro, em busca de formas cada vez mais adequadas à sua natureza social e abstrata.

A abordagem de Corazza chega também a interessantes resultados com respeito à interpretação da situação atual de aparente desvinculação do “mundo monetário” em relação ao “mundo real”. De início, as contradições internas da mercadoria dão origem ao dinheiro, o valor expresso de forma autônoma. Inicialmente, ele se materializa também numa mercadoria, que serve como mero meio de circulação. Porém o dinheiro tem a tendência de se transformar no fim do processo, de modo que acaba se transformando em capital. Uma vez configurado o capital, cresce a importância do dinheiro de crédito. Os capitalistas que não dispõem de recursos para investir tomam dinheiro emprestado mediante a promessa de pagamento de juros no futuro. Esperam investir esse dinheiro na produção e obter D', o dinheiro que investiram mais um adicional, a mais-valia. Parte dessa mais-valia é transferida, então, ao prestador sob a forma de juros.

Porém, se o ciclo não se completa, ou seja, se o dinheiro tomado não se transforma novamente em dinheiro e mais-valia, os juros e o capital emprestado configuram-se como apropriação de um rendimento que nunca existiu. Para Corazza, isso mostra que a forma desse dinheiro-capital, os títulos de crédito, antecede o seu próprio conteúdo, o valor. O dinheiro de crédito, portanto, como todo dinheiro, veicula valores, mas esses valores podem ter sido, ou não, produzidos. O dinheiro de crédito pode veicular valores apenas fictícios, se o processo de valorização do valor futuro que veicula não se realiza.

Desse modo, a situação contemporânea, em que os valores meramente monetários parecem superar em grande monta os valores reais, reflete um movimento natural do capital de tentar antecipar sua valorização. Os valores monetários em circulação que excedem os valores reais produzidos, na verdade, estão lastreados em valores ainda a serem produzidos no futuro. Se a distância se torna muito grande ou a sua realização, por algum motivo, se torna ameaçada, as crises financeiras cobram a reaproximação. Corazza frisa, ainda, que, longe de ser uma distorção, essa tentativa de antecipação da valorização do capital faz parte da sua própria lógica (Corazza, 2000).

Notas conclusivas: indutivismo e fidelidade a Marx

O grande esforço empreendido por Germer para vincular sua teoria do dinheiro-mercadoria à realidade contemporânea é motivado pela sua convicção de que essa realmente era a concepção de Marx. Nesse sentido, entende que o

desafio colocado para os marxistas consiste em "(...) identificar as novas características da relação dos padrões monetários ao ouro em nossos dias, com base na teoria de Marx sobre o dinheiro e o dinheiro de crédito, ao invés de procurarem fornecer alternativas com base em um raciocínio indutivo simplista" (Germer, 1997b, p. 387). Em outra passagem, referindo-se à interpretação de que padrões monetários pudessem desempenhar a função medida dos valores, declara:

"Tais sugestões refletem um problema verdadeiro, para a teoria marxista, que é o de explicar a aparente ausência de relação entre os padrões monetários atuais e uma mercadoria-dinheiro subjacente, que seria a verdadeira medida de valor" (Germer, 1997a, p. 345).

Germer reconhece, portanto, que a aparência dos fatos depõe contra a noção do dinheiro mercadoria. Entende, porém, que a grande tarefa colocada para a tradição marxista, no âmbito da teoria monetária, consiste exatamente em esclarecer de que forma os padrões monetários atuais estão vinculados a uma mercadoria-dinheiro. Em outras palavras, significa explicar a realidade imediatamente observada a partir da teoria construída por Marx. Nesse sentido, entende que aqueles que realizam o procedimento contrário, tentando mudar a teoria com base na aparência dos fatos, incorrem numa atitude equivocada, de caráter "empirista".

Germer considera, assim, um "indutivismo simplista" conceber que a teoria de Marx teria sido invalidada por um suposto caráter imaterial do dinheiro contemporâneo. Nas suas palavras, essas sugestões "(...) parecem imprudentes e de inspiração nitidamente indutivista, pois não oferecem uma explicação apoiada nos fundamentos da teoria de Marx, (...) nem propõe um fundamento teórico alternativo" (Germer, 1997a, p. 345). Destaca, ainda, que esse tipo de concepção tende a estender seu equívoco a Marx, atribuindo a ele o seu próprio procedimento indutivista. Nesse sentido, refere-se a Foley⁸, que declara:

"Marx, vivendo no século dezenove, quando o padrão-ouro era a forma monetária predominante, pressupõe que o equivalente geral deve ser uma mercadoria produzida, como o ouro, pelo trabalho humano, [acrescentando que, no século XX, os sistemas monetários evoluíram para] um sistema no qual o equivalente geral é uma unidade de conta abstrata, como o dólar" (Foley apud Germer, 1997b, p. 380).

⁸ O trabalho de Foley ao qual Germer se refere é o indicado na nota de rodapé nº 7. O trecho entre colchetes é de autoria de Germer, ligando duas afirmações de Foley.

Para Germer, essa passagem de Foley atribui a Marx um “simplismo ingênuo injustificável”, e ao seu conceito de dinheiro “uma superficialidade que ele não possui”, ao considerar que seria resultado de mera influência de hábitos do seu tempo (Germer, 1997b, p. 380).

Diante disso, cabe analisar dois aspectos. O primeiro diz respeito à afirmação de que a posição de Germer reflete realmente a posição de Marx, e o segundo, que as posições contrárias se caracterizam pelo indutivismo e pelo empirismo. No que diz respeito ao primeiro aspecto, como já mencionado, a leitura dos textos de Marx mostra que ele pouco tratou dessa questão específica e, quando o fez, não chega a ser esclarecedor.⁹ No entanto, realmente transparece que a sua idéia de dinheiro não comportava algo que não uma mercadoria nessa função, como declara, em nota, na segunda edição de

O Capital:

“Como falta clareza à concepção das diferentes funções do dinheiro, mesmo nos melhores escritores sobre o sistema monetário, demonstra, por exemplo, a seguinte passagem de Fullarton: ‘Quanto à nossa troca interna, todas as funções do dinheiro, que são costumeiramente preenchidas por moedas de ouro e prata, podem ser desempenhadas com a mesma eficácia por uma circulação de notas não conversíveis, que não têm nenhum outro valor senão esse valor artificial e fundamentado em convenção, que receberam por lei — um fato que, penso eu, não pode ser contestado. Um valor dessa espécie poderia servir a todos os objetivos de um valor intrínseco e até mesmo tornar supérflua a necessidade de um padrão de valor, desde que a quantidade de suas emissões seja mantida dentro dos limites pertinentes’ (Fullarton, *regulation of currencies*. 2. ed. Londres, 1845,

⁹ Apenas a título de ilustração, algumas passagens suscitam discussão: “Que o dinheiro seja mercadoria é, portanto, apenas uma descoberta para aquele que parte da sua forma acabada para posteriormente analisá-la. O processo de troca dá à mercadoria, a qual é por ele transformada em dinheiro, não o seu valor, porém a sua forma valor específica. A confusão entre essas duas determinações levou a considerar o valor do ouro e da prata como sendo imaginário. Podendo o dinheiro ser substituído, em certas funções, por meros signos dele mesmo, surgiu outro erro, que ele seja mero signo (...) Se já nas últimas décadas do século XVII, uma vez amplamente superado o começo da análise do dinheiro, sabia-se que o dinheiro é mercadoria, isso era apenas o começo. A dificuldade não reside em compreender que dinheiro é mercadoria, porém, como, por que, por meio de que mercadoria é dinheiro” (Marx, 1985, p. 83-84). “A mercadoria particular que apresenta, dessa maneira, o modo de ser adequado do valor de troca de todas as mercadorias, ou seja, o valor de troca das mercadorias como mercadoria exclusiva e particular, é o dinheiro. (...) O dinheiro não é símbolo, assim como o modo de existência de um valor de uso também não é símbolo.” (Marx, 1982, p. 45).

p. 21). Assim, como a mercadoria monetária pode ser substituída na circulação por meros signos de valor, é ela supérflua como medida dos valores e padrão dos preços!” (Marx, 1985, v. 1, p. 109, nota 84).

O ponto de exclamação ao final da frase revela a ironia de Marx em relação à posição de seu oponente, dando a entender que uma mercadoria-dinheiro seria imprescindível como medida de valores e base do padrão de preços. Nesse sentido, Germer parece estar correto ao dizer que a teoria do dinheiro imaterial não traduz a verdadeira concepção de Marx.

Quanto ao segundo aspecto, a afirmação de que os autores que adotam a concepção do dinheiro imaterial estariam adotando uma postura “indutivista ingênua”, a abordagem de Corazza parece estar absolvida dessa crítica. O autor procura deixar sempre clara a necessidade de “(...) fazer a distinção entre a origem lógica dos conceitos abstratos e suas formas empíricas e históricas de existência” (Corazza, 2000, p. 4). É precisamente nesse sentido seu esforço de, primeiro, derivar teoricamente o dinheiro a partir das categorias marxistas, para só depois refletir sobre suas manifestações históricas.

Uma oposição ainda mais contundente, porém, a essa crítica de Germer é a argumentação de Souza (1992). Ele procura pôr em destaque o caráter dinâmico da obra de Marx, um aspecto importante e amplamente discutido nos termos da comparação entre as obras da sua juventude e as da maturidade.¹⁰ Tratando da questão específica da diferença entre a forma dinheiro e a mercadoria-dinheiro, constata uma evolução do pensamento de Marx: “Há uma enorme distância entre os *Grundrisse* e *O Capital* na presente questão. E a diferença está na introdução da forma do valor, já vislumbrada na *Contribuição à Crítica da Economia Política*” (Souza, 1992, p. 29).

A forma do valor, portanto, seria uma categoria cuja evolução acompanhou a construção das últimas obras de Marx. Nos *Grundrisse*, obra em que Germer afirma estarem as indicações mais importantes para demonstrar a necessidade de o dinheiro ser uma mercadoria,¹¹ ela ainda não teria sido vislumbrada. Desse modo, a concepção do dinheiro como forma imaterial, baseada nas formas do

¹⁰ Giannotti destaca a polêmica travada “(...) para determinar se autor maduro, conforme se adentra na *Economia Política*, se mantém fiel a suas posições de juventude” e se o corte no seu pensamento seria de ordem epistemológica ou política. Sua posição indica que “(...) a ruptura se dá sobretudo a partir do momento em que Marx, afastando-se definitivamente de Feuerbach e compreendendo o alcance da teoria do valor-trabalho, elaborada por David Ricardo, formula sua noção de capital, cujo desdobramento conceitual substitui a lógica do sensível” (2000, p. 37-38).

¹¹ “O fato do dinheiro dever ser, necessariamente, uma mercadoria não é artigo de fé, mas possui fundamentos teóricos rigorosos, expostos por Marx nos *Grundrisse*.” (Germer, 1997b, p. 378).

valor, não seria oposta à idéia original de Marx, mas, sim, um resultado da evolução do seu próprio pensamento.

O caráter dinâmico da obra de Marx é ainda mais acentuado pelo autor nas passagens:

“Estudar o dinheiro na economia marxista é pensar, antes de mais nada, a estrutura de *O Capital*. Temos um livro aberto e, ao contrário do que muitos pensam, uma obra em progresso. Nesse sentido, como num todo que não se fecha, o movimento categorial é permanente. Está apto para desenvolver-se e transformar-se (...) Em Marx tudo se movimenta. Por isso, novas categorias podem ser admitidas no marxismo — por exemplo, a de capital financeiro, a de imperialismo, etc. (...) podemos dizer que uma categoria como o dinheiro, cuja origem está na expressão das relações de produção mercantis, apresenta mudanças quando é tratado noutra plataforma, nas relações de produção intercapitalistas (...) o dinheiro de crédito é uma transfiguração de mercadoria-dinheiro. (...) As nossas análises, embora visando ao livro de Marx, não podem descuidar de vê-lo — o contrário seria falsificá-lo — como uma teoria inacabada. Não pelo fato de o autor não ter completado seu texto, mas pela razão de que o capitalismo se diferencia constantemente. Portanto, o presente trabalho não trata de sair fora de *O Capital*, nem seguir adiante a sua inspiração. Trata de compreender que a citada abertura já faz parte da sua visão de capitalismo e que a introdução do movimento no corpo do método é a realização teórica perfeitamente alcançada” (Souza, 1992, p. 19-20).

Nesse sentido, por aparente fidelidade a Marx, é possível que se esteja, na verdade, se afastando do seu verdadeiro projeto, enquanto construção de um conhecimento que acompanha a evolução do próprio objeto. Assim, a transformação das categorias formuladas por Marx, ao contrário de expor uma ruptura no pensamento marxista, passa a ser vista como a força dessa matriz teórica, capaz de construir categorias dinâmicas aptas a apreender as determinações do progresso histórico.

Bibliografia

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (1980). **Valor e capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. São Paulo : Brasiliense.
- BIDERMAN, Ciro, COZAC, Luis Felipe L., REGO, José Márcio (1996). **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo . Editora 34.

- BRUNHOFF, Suzanne de (1978). **A moeda em Marx**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- CAFFÉ, Ricardo (1997). Capital fictício, inovações financeiras e derivativos: algumas observações sobre a natureza da finança globalizada. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2., 1997, São Paulo. **Anais ...** São Paulo : PUC/SP. v. 1, p. 301-309.
- CORAZZA, Gentil (1994). Dinheiro, instabilidade e gestão monetária: de Minsky a Marx. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 111-131.
- CORAZZA, Gentil (1998). Marx e Keynes: sobre dinheiro e economia monetária. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., 1998, Niterói. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep>. Acesso em: 16 maio 2000.
- CORAZZA, Gentil (1998). **O real e o monetário em Marx**. In: JORNADA DE ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, 2., 1998, Belém. **Anais...** CD-ROM.
- CORAZZA, Gentil (2000). Dinheiro, crédito, capital financeiro e capital fictício: um estudo da natureza das finanças capitalistas em Marx. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2000, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep>. Acesso em: 29 jun. 2000.
- CORAZZA, Gentil (s.d.). **A origem do dinheiro em Marx**. [S.l : s.n.]
- GERMER, Claus (1996). 'Economia monetária' ou 'economia capitalista'? Marx e Keynes sobre a natureza do capitalismo. **Estudos Econômicos**, São Paulo : USP/SP, v. 26, núm. especial, p. 51-81.
- GERMER, Claus (1997a). O dinheiro de crédito e as funções do dinheiro no capitalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25., Recife. **Anais ...** Recife : [S.n.]. v. 1, p. 336-356.
- GERMER, Claus (1997b). Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2., São Paulo. **Anais** São Paulo : PUC/SP. v. 1, p. 376-394.
- GERMER, Claus (1998). O conceito de "padrão ouro" e os equívocos da economia política. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3. Niterói. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep>. Acesso em: 16 maio 2000.
- GERMER, Claus (2000). Fundamentos teóricos da análise marxista do sistema monetário internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep>. Acesso em: 29 jun. 2000.

- GIANNOTTI, José Arthur (2000). **Marx: vida e obra**. Porto Alegre : L&PM. (Coleção L&PM ; Pocket filosofia).
- MARX, Karl (1982). **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes. São Paulo : Abril Cultural. 241p. (Os Economistas).
- MARX, Karl (1985). **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo : Nova Cultural . 5v. (Os Economistas).
- NAPOLEONI, Claudio (1977). **O valor na ciência econômica**. Lisboa : Presença.
- NAPOLEONI, Claudio (1981). **Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx**. São Paulo : Ciências Humanas. 173p.
- NAPOLEONI, Claudio (1983). **Smith, Ricardo, Marx**. 3. ed. Rio de Janeiro : Graal.
- PAULANI, Leda Maria (1994). Sobre dinheiro e valor: uma crítica às posições de Brunhoff e Mollo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 67-77, jul./set.
- RESENDE, Manuel, trad. (1978). **Guia para a leitura do capital**. Lisboa : Antídoto. 170p. (Universidade ; 3).
- RUBIN, Isaak Illich (1980). **A teoria marxista do valor**. São Paulo : Brasiliense.
- SOUZA, Enéas Costa de (1992). **Capital e dinheiro**: um estudo sobre a diferença entre a forma dinheiro e a mercadoria-dinheiro. Porto Alegre : FEE. (Teses, n. 15).

Abstract

The article concerns the recent debate about Marx's concept of money, involving two opposite interpretations of his theory. One of these interpretations affirms that Marx's concept of money is necessarily connected with a money-commodity, and also that this connection doesn't mean a rejection of the theory to understand contemporary events. On the other side, the second interpretation considers money as an abstract concept, which is historically manifested by different and specific kinds of money-commodities, but it doesn't get mixed up with them. The article attempts to structure the points at issue around three central aspects: methodological, theoretical and historical, trying to clarify the source of the disagreement between the two interpretations.